

09 Relatório
e Contas



09 Relatório e Contas

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografias BESart que o Banco Espírito Santo está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

FOTOGRAFIAS

Colecção Banco Espírito Santo

BES art COLECCÃO BANCO ESPÍRITO SANTO

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

Linha21 Marketing e Publicidade

L2!



SZE TSUNG LEONG b. 1970, American / British
"From the Horizons Series. Odoi, Nishi-Izu, Shizuoka, Japan" 2008,
C-print 71,12 x 121,92 cm, Edição: 2/5+2Ap.
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York



SZE TSUNG LEONG b. 1970, American / British
"From the Horizons Series, Rio Tejo", 2006
C-print, 60,96 x 111,76 cm, Edição: 2/5+2Ap
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York

09 Relatório e Contas



VIDA

ÍNDICE

LUCIA KOCH b. 1966 Brasil "Moongate", 2009 Fotografia - impressão jacto de tinta s/ papel algodão 50 x 72 cm Edição: 1PA (10 + 1PA) © Lucia Koch



T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS

01 Órgãos Sociais	07
02 Relatório do Conselho de Administração	11
03 Demonstrações Financeiras	21
04 Demonstração do Rendimento Integral	27
05 Mapa de Variação de Capitais Próprios	31
06 Demonstração de Fluxos de Caixa	35
07 Anexo às Demonstrações Financeiras	39
08 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	79

T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de
Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 507 684 486

ELLEN KOOI b. 1962 – Leeuwarden - Netherlands, "**Bergen - duinhuis**", 2009 Ilfo Archive, Plexiglass, Reynobond 100 x 156 cm Edição: 4/6
Cortesia da Artista e Câmara Oscura Galeria de Arte





01 ÓRGÃOS SOCIAIS



01 ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia-Geral

Presidente

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Secretário

João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal

João de Faria Rodrigues

Vogal Suplente

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau,
Ribeiro da Cunha e Associados

Conselho de Administração



Peter Brito e Cunha
(Presidente)



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

BERNADETTE CORPORATION, "The Complete Poem (vitrine 10)", 2009 Madeira, acrílico e impressão em 10 páginas do poema: "A Billion and Change". 84,5 x 243,8 x 43,8 cm
Cortesia Greene Naftali, New York





02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, SA, respeitantes ao exercício de 2009.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2009 ficou marcado, no seu conjunto, pela forte queda ou desaceleração da actividade nas principais áreas económicas, na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e no colapso dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num quadro de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica.

Como resposta, as autoridades puseram em prática programas agressivos de estabilização financeira e de estímulo ao crescimento. Estes incluíram a redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, a injeção massiva de liquidez no sistema financeiro (por exemplo, através da aquisição de títulos de dívida pública e privada por parte dos bancos centrais) e, ao nível da política orçamental, estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e um aumento do investimento público em infraestruturas.

Em função da agressividade destes estímulos, observaram-se, na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4º trimestre, sinais claros de aceleração da actividade global e de estabilização financeira. Esta última traduziu-se num estreitamento gradual dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro.

2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia da Zona Euro revelou um desempenho da actividade diferenciado entre a primeira e a segunda metade do ano. O 1º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,4% e de 0,2% *yoy* nos dois primeiros trimestres), prosseguindo a recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento. Este desempenho deve ser lido ainda no contexto das consequências da crise financeira, cujo ponto máximo se registou em Setembro e Outubro de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorrida nos últimos meses daquele ano conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa (com impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra esperada do PIB próxima de 5,0% em 2009, o pior registo desde a 2ª Guerra Mundial). Diversas economias da Zona Euro continuaram, ainda, a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda próxima de 4,0%.

Os 3º e 4º trimestres de 2009 ficaram, contudo, já marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade (variações de 0,4% e 0,6% *yoy*, respectivamente), após cinco trimestres consecutivos de contracção. Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma recuperação das

exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de *stocks* (favorecendo a actividade industrial) e dos estímulos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privado, pela deterioração das condições do mercado de trabalho (de que se destaca a subida progressiva do desemprego até 10,0% da população activa no final do ano), e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

No plano dos preços, registou-se uma inflação média anual marginalmente superior a 0% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões ascendentes sobre os preços do lado da procura, bem como da evolução dos preços da energia, com o efeito estatístico decorrente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu até Maio uma trajectória de redução das taxas de juro de referência. A autoridade monetária europeia procedeu a duas descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a duas descidas de 25 pontos base em Abril e Maio. Desde Outubro de 2008, aquela taxa foi reduzida de 4,25% para 1%. O BCE reduziu também, entre Janeiro e Maio, as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito em 125 e 175 pontos base, respectivamente. Para além disso, forneceu uma ampla liquidez ao sistema bancário, destacando-se três operações de cedência ilimitada de liquidez a 12 meses (que ascenderam a cerca de EUR 614 mil milhões), as duas primeiras a uma taxa fixa de 1% e a terceira a uma taxa indexada aos juros das operações de refinanciamento.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2,0% para cerca de 6,0% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, superiores a 10,0% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das *yields* dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda (que sofreram *downgradings* dos respectivos *ratings* no final do ano) mas, também, as outras economias da “periferia” da Zona Euro (Itália, Espanha e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no *outlook* para os respectivos *ratings*).

2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,7% em Espanha, 5,0% na Alemanha, 2,8% em França e 4,5% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da EU a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo a partir do 2º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto de a procura não ter sido afectada, como em outras economias, por fortes efeitos-riqueza negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois agregados foram, também, afectados pela maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica, fruto de uma liquidez menos disponível nos mercados financeiros internacionais.

Assim, no conjunto de 2009, as exportações registaram uma queda de 12,3%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. Reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 10,7% no conjunto do ano, após um crescimento de 2,1% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito pesaram decisivamente na evolução do investimento, que registou uma quebra real de 12,6%. Para além das despesas de capital fixo, esta evolução ficou, também, a dever-se a uma diminuição do nível de stocks, que acentuou o contributo negativo do investimento para o PIB. Assim, o investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15,0%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13,0%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 2,0%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12,0%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se ainda numa quebra do consumo privado, em cerca de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, fruto da descida dos juros e, sobretudo, do aumento das transferências do Estado, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8,0% do rendimento disponível. Esta subida interrompeu uma tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo.

O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa. Em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%. Este facto reflectiu, em primeiro lugar, um efeito estatístico associado à forte subida dos preços das matérias-primas (e, em particular, do petróleo) em 2008. Mas ele é, igualmente, o reflexo da conjuntura recessiva de 2009, que terá restringido fortemente o poder de fixação de preços das empresas.

A quebra geral da actividade económica fez aumentar rapidamente o número de desempregados e a taxa de desemprego atingiu um máximo histórico em 2009 ao chegar aos 9,5%, um agravamento de 1,9 p.p. face a 2008.

Não obstante a evolução negativa das exportações, 2009 fica marcado por uma correcção do défice conjunto das balanças corrente e de capital, ou défice externo, de 10,5% para um valor em torno de 8,3% do PIB. Este facto reflecte o processo de deleverage levado a cabo pelo sector privado em 2009, bem como uma diminuição do défice energético. À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo igualmente os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para 9,3% do PIB.

2.1.3 MERCADO SEGURADOR

A conjugação de um agravamento da *performance* macroeconómica em 2009 com a intensificação do ambiente concorrencial no sector segurador, condicionou a massa segurável e originou a ocorrência de práticas tarifárias agressivas.

Apesar da melhoria registada ao nível dos resultados financeiros decorrente da forte valorização das carteiras de investimento, graças ao ano positivo dos mercados em 2009, o sector segurador ressentiu-se da quebra da actividade económica.

O bom desempenho do sector em termos de resultados financeiros não foi acompanhado em termos operacionais. Segundo as últimas estimativas, o resultado líquido global das seguradoras que operam no mercado português voltou a ser positivo em 2009, de 300 milhões de euros, o que compara com os -30 milhões de euros em 2008 e 660 milhões de euros em 2007. Os capitais próprios ascenderam a 4,3 mil milhões de euros, uma subida homóloga de 39% e uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,7%.

Em termos da produção de seguros, o ano de 2009 foi negativo, tanto para os seguros de Vida como para os seguros Não Vida. O volume de prémios, Vida e Não Vida, no valor de 14 559 milhões de euros, registou uma diminuição de 5,0% em relação ao ano anterior. O segmento Vida, com prémios na ordem dos 10 427 milhões de euros, sofreu uma queda na sua produção de 5,3%, apesar de em 2009 se ter assistido a um crescimento do rendimento disponível dos particulares e da respectiva taxa de poupança. Pressupõe-se que, num contexto de recuperação do sector accionista do mercado de capitais, parte das poupanças foram redireccionadas para outras aplicações de maior risco.

Destaque para os PPR, produtos que vêm merecendo uma crescente popularidade no aforro de longo prazo e cujas contribuições cresceram 27,6%. Este tipo de produtos representa 30% dos prémios Vida e 22% do total da produção seguradora.

O decréscimo do volume de prémios Não Vida já se tinha verificado em 2008, mas em 2009 foi mais acentuado: -1,4% em 2008 e -4,4% em 2009, para uma produção de 4 132 milhões de euros. Esta diminuição resulta quer da evolução negativa da economia, quer do ambiente competitivo no mercado que conduz a uma forte pressão sobre o valor dos prémios. Os ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel, os dois maiores do segmento Não Vida representando 57% do mercado Não Vida, foram especialmente afectados por estes factores, com quebras na produção de 9,1% e 7,5%, respectivamente.

Com uma evolução positiva, salientam-se os seguros de Saúde, reflectindo a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde, ainda que também eles com um crescimento mais modesto do que em anos anteriores: 9,6% em 2008 e 3,5% em 2009.

O peso da actividade seguradora no PIB desceu, de 9,21% em 2008 para 8,83% em 2009 mantendo-se, no entanto, a um nível superior ao de 2007 (8,45%). O segmento Vida contribui com 6,32% para o PIB e o Não Vida com 2,51% (6,61% e 2,60% em 2008, respectivamente). A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2009, para 73,4% contra 70,9% em 2008.

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2009

No seu 3º ano de actividade e expurgando valor do negócio pontual realizado em 2008 relativo à emissão da Operação de Capitalização no valor de 310 milhões, a T-Vida apresentou um crescimento de produção de 18 504 milhares de euros, o que representa uma variação positiva de 21,9% e uma receita de 102 811 milhares de euros.

A sua estratégia baseou-se sobretudo no crescimento de PPR e de seguros de vida risco, e no reforço da sua posição no segmento de Empresas e Negócios.

A nível dos Serviços procedeu à sua reorganização e informatização dos seus Parceiros de Negócios, tendo como principal objectivo prestar um serviço de qualidade aos seus Clientes Particulares e Empresas, aos seus Canais de Distribuição e reduzir os custos. Nomeou o seu Provedor de Cliente, dando sequência à norma regulamentar sob a conduta de mercado.

A 31 de Dezembro de 2009, o stock de apólices em carteira cresceu 5,3%, registando 148.838 apólices, tendo os Planos poupança Reforma apresentado um crescimento de 10%. Este ano, as apólices novas tiveram uma *performance* menos positiva devido à retracção do Crédito o que influenciou a venda de seguros associados a esta linha de negócio, sobretudo no crédito a habitação.

Em 2009 ocorreu um aumento de Capital e consequentemente uma redução equivalente, para cobertura de prejuízos do ano anterior, no valor de 12,5M€.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	(milhares de euros)		
	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Balanco			
Investimentos	695 449	658 795	5,6
Activo Líquido	868 460	830 355	4,6
Capital Próprio	81 067	72 338	12,1
Provisões Matemáticas e Passivos de C. de Investimento	771 256	738 959	4,4
Ganhos e Perdas			
Total de Produção	102 811	394 307	-73,9
Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	32 536	36 426	-10,7
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	43 178	54 085	-20,2
Provisão Matemática, Líquida de Resseguro	10 880	11 593	-6,1
Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro	1 663	781	113,0
Custos Operacionais	6 351	9 880	-35,7
Rendimentos da Actividade Financeira	12 492	23 413	-46,6
Saldo Técnico ⁽¹⁾	6 093	8 057	-24,4
Saldo Global ⁽²⁾	12 355	-9 654	228,0
Resultado Líquido	5 266	-13 205	139,9
Indicadores (%)			
Saldo Técnico / Total de Produção ⁽³⁾	5,9	9,6	-3,6 p.p.
Custos Operacionais / Total de Produção ⁽³⁾	6,2	11,7	-5,5 p.p.
Custos Operacionais / Provisões Mat. e Passivos de C. de Inv.	0,8	1,3	-0,5 p.p.
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	193,0	156,4	36,6 p.p.
Sinistros / Prémios (IFRS 4)	111,8	139,0	-27,2 p.p.
Benefícios Pagos / Depósitos Recebidos ⁽³⁾ (IAS 39)	43,0	39,9	3,2 p.p.
Custos de Aquisição / (Prémios + Depósitos Recebidos)	5,8	8,0	-2,2 p.p.
Custos Administrativos / (Prémios + Depósitos Recebidos)	2,9	4,8	-1,8 p.p.
Outros Indicadores			
Nº Empregados	24	15	60,0
Nº Apólices	148 838	141 345	5,3

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.

(2) Saldo global + Saldo actividade financeira.

(3) Excluindo 310 000 milhares de euros relativos à operação de capitalização afecta ao canal bancário, realizada em 2008.

2.4 A ACTIVIDADE DA T-VIDA EM 2009

2.4.1 TOTAL DE PRODUÇÃO

Em 2009 verificou-se um decréscimo do volume de produção -73,9%, face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pela operação de capitalização realizada em 2008, no valor de 310 000 milhares de euros, excluindo esta operação os prémios Vida apresentariam um crescimento de 21,9% (+18,5M€) face ao período homólogo.

O crescimento total da Companhia foi suportado pelo aumento significativo dos PPR de 30,6% (+15,6M€), em resultado da evolução positiva verificada nos PPR's Unit Linked, dos quais salientamos o PPR Poupança Activa e o PPR Investimento, que apresentaram um acréscimo de 21,1M€ (62,0%).

Os produtos de Capitalização cresceram 3,2M€, sendo esta variação justificada pelo contributo positivo do Plano de Capitalização, em que foi lançada uma série especial para reter vencimentos, e o Plano Empresas Total (PET) com um crescimento de +1,3M€.

No segmento de produtos de Risco e Mistos, destaque para o produto Risco Grupo com um crescimento 5,1% (+0,2M€), ao contrário dos produtos Mistos que apresentaram uma diminuição de 7,8% face a 2008 (-0,3M€), dada a maturidade da carteira. As rendas cresceram 2,5% (+0,1M).

No final do ano a produção da Companhia totalizou 102 811 milhares de euros, sendo relevante salientar o peso dos PPR's e produtos de Risco e Mistos, de 64,7% e 15,5%, respectivamente, produtos estratégicos para a T-Vida em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

No âmbito do mercado segurador, a Companhia apresenta um crescimento superior (+9,3%), quando comparada com as restantes seguradoras sem canal bancário, sendo a média de crescimento deste mercado 5,2%, excluindo a operação de capitalização realizada em 2008, no valor de 310 000 milhares de euros. Destaque para o bom desempenho dos produtos PPR's, em que a T-Vida mantém a liderança, apresentando um crescimento de prémios de 30,6%, com uma quota de mercado de 28,5% no mercado sem canal bancário. A quota de mercado considerando todas as seguradoras é de 2,1%.

	(milhares de euros)		
TOTAL DE PRODUÇÃO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
TOTAL DE PRODUÇÃO	102 811	394 307	-73,9%
CONTRATOS SEGUROS	39 319	39 194	0,3%
- Rendas Vitalícias	3 243	3 164	2,5%
- Restantes Produtos Risco e Mistos	15 976	16 345	-2,3%
- Produtos de Capitalização	8 758	2 813	211,4%
- PPR	11 343	16 872	-32,8%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	63 492	355 062	-82,1%
- Produtos de Capitalização	8 282	10 973	-24,5%
- PPR	55 210	34 089	62,0%
- Operações de Capitalização	-	310 000	-100,0%

2.4.2 CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS

O total de custos com Indemnizações ascendeu os 71 292 milhares de euros, apresentando uma diminuição de 1,6% comparativamente a 2008.

Apesar do peso das Indemnizações face às Provisões Matemáticas de início de período ter sido de 16,4% (contra 17,2% no ano anterior), o ano de 2009 caracterizou-se como um ano de elevado valor de vencimentos (18 113 milhares de euros) e resgates (37 196 milhares de euros).

Nos PPR's os custos com Indemnizações atingiram os 22 813 milhares de euros, justificados por vencimentos de apólices ocorridos durante o ano e pelo aumento de resgates que representaram um peso de 52,2%, face a 39,3% realizados em 2008.

Nos produtos Tradicionais os custos com Indemnizações totalizaram 14 054 milhares de euros, essencialmente devido ao elevado volume de vencimentos em produtos Mistos.

É de realçar ainda que os produtos Risco continuam a apresentar bons níveis de sinistralidade.

(milhares de euros)

CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS	2009	2008	VAR 09/08 (%)
CUSTOS COM SINISTROS E BENEFÍCIOS PAGOS	71 292	72 454	-1,6%
CONTRATOS SEGUROS	43 961	54 496	-19,3%
- Rendas Vitalícias	4 457	7 043	-36,7%
- Restantes Produtos Risco e Mistos	9 597	11 267	-14,8%
- Produtos de Capitalização	6 754	11 477	-41,2%
- PPR	22 813	24 139	-5,5%
CUSTOS COM SINISTROS IMPUTADOS	340	570	-40,4%
BENEFÍCIOS PAGOS DE CONTRATOS DE INVEST.	27 331	17 958	52,2%
- Produtos de Capitalização	15 868	10 101	57,1%
- PPR	11 463	7 857	45,9%

2.4.3 PROVISÕES MATEMÁTICAS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

A evolução verificada nas Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento está directamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência directa com o valor registado nos Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento.

A 31 de Dezembro de 2009, as Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento cresceram 4,4%, crescimento justificado essencialmente pelo aumento dos Passivos Financeiros do PPR (+47M€). De salientar o peso da operação de capitalização financeira, no valor de 308M€, que representa 39,9% dos Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento.

O esforço das redes de distribuição na canalização da produção para contratos com taxas técnicas mais baixas, o que permitiu uma redução das taxas mínimas garantidas de produtos PPR e dos produtos de capitalização, verificando-se uma oscilação de 2008 para 2009 de 3,31% para 3,01% e de 2,98% para 2,50%, respectivamente.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o Produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 40,1% do total das Provisões Matemáticas e dos Passivos de Contratos de Seguro e de Investimento a 31/12/2009, permitiu à Companhia manter a liderança do mercado, no segmento de Seguradoras que não exploram o Canal Bancário.

(milhares de euros)

PROVISÕES MATEMÁTICAS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
PROV. MATEMÁTICAS E PASSIVOS DE CONT. DE INV.	771 256	738 959	4,4%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	332 257	337 772	-1,6%
- Rendas Vitalícias	48 393	50 631	-4,4%
- Restantes Produtos Risco e Mistos	41 656	42 979	-3,1%
- Produtos de Capitalização	32 641	29 737	9,8%
- PPR	209 568	214 425	-2,3%
PASSIVOS FINANCEIROS	438 999	400 597	9,6%
- Produtos de Capitalização	31 723	37 961	-16,4%
- PPR	99 747	52 558	89,8%
- Operações de Capitalização	307 529	310 079	-0,8%

2.4.4 SALDO TÉCNICO

Verificou-se uma diminuição do saldo técnico de 24,4%, relativamente ao ano anterior. Este comportamento é explicado essencialmente pelo impacto das Comissões e Custos de Aquisição face ao volume da produção em 2009 e 2008, nos produtos PPR e de Capitalização, pelo aumento significativo da sinistralidade nos produtos Tradicionais e pela constituição de PAB técnica no produto Risco Grupo.

O saldo financeiro, com uma variação positiva de 23 974 milhares de euros, justifica-se essencialmente pela ocorrência de factos extraordinários em 2008, nomeadamente as Imparidades no valor de 21 milhões de euros.

(milhares de euros)

SALDO TÉCNICO TOTAL	2009	2008	VAR 09/08 (%)
SALDO TÉCNICO (1)	6 093	8 057	-24,4
- PPR	814	645	26,2
- Capitalização	80	313	-74,4
- Tradicionais	5 199	7 099	-26,8
SALDO ACTIVIDADE FINANCEIRA (2)	6 262	-17 711	135,4
- PPR	2 367	-4 456	153,1
- Capitalização	689	-1 787	138,5
- Tradicionais	2 821	-11 493	124,5
- Operações de Capitalização	386	26	
SALDO GLOBAL (3)	12 355	-9 654	228,0

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.

(2) Rendimentos da actividade financeira incluindo participação nos resultados e juro técnico.

(3) Saldo técnico + Saldo actividade financeira.

2.4.5 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais apresentaram um decréscimo de 35,7% face ao ano anterior, essencialmente devido à diminuição substancial dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos que apresentaram um decréscimo de 53,3%, consequência da diminuição do contrato de prestação de serviços com a BES-Vida, e redução dos custos de consultoria.

Os custos com pessoal apresentaram um decréscimo de 27,9%, resultado da reclassificação de custos de gratificações de performance (Incentivos a Técnicos Comerciais), imputados a custos de aquisição.

Os Impostos e Taxas diminuíram face ao volume dos prémios, comparativamente ao período homólogo (impacto da Operação de Capitalização Financeira realizada em 2008).

(milhares de euros)

CUSTOS OPERACIONAIS	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Gastos com pessoal	1 090	1 512	-27,9
FSE	2 511	5 375	-53,3
Impostos e taxas	50	182	-72,6
Amortizações do exercício	2 368	2 321	2,0
Comissões	332	490	-32,3
TOTAL	6 351	9 880	-35,7

2.4.6 INVESTIMENTOS

As principais economias mundiais registaram as maiores quedas da actividade económica desde a segunda guerra mundial nos seis meses compreendidos entre Outubro de 2008 e Março de 2009. O PIB dos EUA registou uma contracção, em termos anualizados, superior a -6% no 1º trimestre de 2009.

As medidas de estímulo económico implementadas pelos bancos centrais e governos de todo o mundo numa escala sem precedentes conseguiram estancar a crise, sem as quais as principais economias mundiais poderiam ter entrado numa recessão prolongada (depressão).

O anúncio da criação do *bad bank* nos EUA para compra de activos tóxicos existentes no balanço dos bancos e o stress test realizados pela FED à adequação de capitais dos bancos norte-americanos para enfrentar a crise foram essenciais para a restauração da confiança dos agentes económicos e da sustentabilidade do sistema financeiro a nível mundial.

O ponto mais baixo da crise foi atingido entre Março e Junho de 2009, tendo as principais economias registado crescimentos trimestrais do PIB positivos no terceiro trimestre de 2009. Esta recuperação deveu-se, em grande parte, à reposição de *stocks* e a medidas temporárias de incentivo ao consumo tornando a recuperação bastante vulnerável e dependente da manutenção dos elevados estímulos fiscais, orçamentais e monetários ainda existentes.

Os mercados accionistas apresentaram fortes perdas até meados de Março, tendo desde esses níveis historicamente baixos registado valorizações superiores a +50%. As acções voltaram a comportar-se como um indicador avançado da economia, valorizando-se fortemente com as perspectivas de saída da recessão económica, as avaliações a descontarem um cenário de normalização da actividade económica a médio – prazo e a enorme liquidez canalizada para os mercados financeiros e para os activos de risco.

Os *spreads* no mercado de dívida *corporate* estreitaram fortemente com a normalização do mercado através do restabelecimento do mercado primário de emissões (reduzindo o risco de *default*) e os investidores a descontarem um cenário de recuperação em vez de depressão. Contudo, os *spreads* mantêm-se a níveis mais elevados do que os registados pré-crise financeira reflectindo a maior percepção de risco existente actualmente no mercado.

A política financeira da T-Vida centrou-se no investimento em obrigações de taxa fixa e redução dos elevados níveis de liquidez existentes no início do ano. O regresso ao mercado accionista efectuou-se em meados do ano apresentando, contudo, um peso muito reduzido na carteira de investimentos.

O segmento obrigacionista observou fortes investimentos durante o primeiro semestre em obrigações de taxa fixa, focado no mercado primário, permitindo captar os elevados *spreads* de crédito que verificavam-se, privilegiando-se maturidades curtas de 3/5 anos e a manutenção do *rating* médio do *portfolio* em A2/A. Venda faseada de obrigações *floaters* com o objectivo de redução de exposição por emitente e diversificação sectorial. Efectuou-se um *swap* de taxa de juro nas carteiras PPR e Plano Poupança Tranquilidade (PPT) com o objectivo de cobrir as taxas fixas do passivo associadas a estas carteiras.

(milhares de euros)

ACTIVOS SOB GESTÃO ⁽²⁾	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Obrigações	273 995	262 967	4,2
Acções e fundos de investimento	13 533	8 720	55,2
Liquidez	97 232	114 045	-14,7
Unit links ⁽¹⁾	314 353	316 235	-0,6
TOTAL	699 113	701 967	-0,4

(1) Principalmente investidos em fundos de investimento.

(2) Valores apurados numa óptica de gestão.

Em termos de resultados financeiros, excluindo o efeito dos *Unit Links*, o ano de 2009, apresenta um crescimento do valor absoluto face a 2008, em cerca de 16 963 milhares de euros. O efeito das imparidades financeiras foi de 21 milhões de euros.

O ano de 2009 também ficou marcado pelo registo de mais-valias realizadas na alienação de obrigações de taxa fixa, num total de 6 438 milhares de euros. A estratégia de redução do nível de exposição a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos-valias realizadas num total de -2 803 milhares de euros.

Positivamente, os Capitais Próprios foram afectados em 11 808 milhares de euros pelo impacto das mais-valias potenciais, registadas na sua globalidade no segmento obrigacionista, consequência da descida dos *spreads* de crédito.

A rentabilidade dos activos médios (excluindo o efeito dos *Unit Links*) sobre o resultado financeiro situou-se nos 4,3%, o que compara com os -0,2% obtidos em 2008. A rentabilidade global em 2009, englobando as valias potenciais, foi de 7,5%.

(milhares de euros)

RESULTADO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Rendimentos	12 492	23 413	-46,6
Ganhos e perdas	3 465	-3 537	198,0
Imparidades	346	-20 907	101,7
Ganhos líquidos de passivos financeiros	-429	-906	52,6
TOTAL	16 303	-1 031	1 681,9

2.4.7 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Os Capitais Próprios em 2009 aumentaram para 81 067 milhares de euros, mais 8 729 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Neste ano, realce para a diminuição das Prestações Acessórias em 17,5 milhões de euros e para o Resultado do Exercício de 5 266 milhares de euros.

Em 2009 ocorreu um aumento de Capital e consequentemente uma redução equivalente, para cobertura de prejuízos do ano anterior, no valor de 12,5M€.

O rácio de solvabilidade passou para 193,0% contra 156,4% registado em 2008. Para esta evolução favorável contribuiu a redução dos elementos constitutivos em resultado da diminuição das prestações acessórias efectuadas, compensadas pela diminuição de perdas potenciais (reservas de reavaliação).

(milhares de euros)

CAPITAL PRÓPRIO	2009	2008	VAR 09/08 (%)
Capital social	65 000	65 000	-
Outros instrumentos de capital	20 000	37 500	-46,7
Reservas de reavaliação	-12 975	-24 783	47,6
Outras reservas	3 776	7 110	-46,9
Resultados transitados	-	716	-100,0
Resultado líquido	5 266	-13 205	139,9
TOTAL	81 067	72 338	12,1

2.4.8 CONTROLO INTERNO

Em Novembro de 2009, foi aprovada a Directiva 2009/138/CE, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II). Esta Directiva estabelece normas que regem:

- O acesso às actividades de seguro directo e resseguro e o seu exercício na Comunidade;
- A supervisão dos grupos de seguros e resseguros;
- O saneamento e a liquidação das empresas de seguro directo.

Os Estados-Membros, até 31 de Outubro de 2012 terão que transpor para normativo interno as referidas disposições legais.

O Grupo Tranquilidade, gradualmente tem vindo a adequar a sua estrutura, políticas e procedimentos de modo a poder aproveitar este período de transição na preparação para os novos desafios que se avizinham e que implicarão alterações substanciais no negócio de seguros.

Assim, durante o ano de 2009, foram efectuadas diversas acções nesse sentido, das quais destacamos as seguintes:

- Desenvolvimento projecto de modelos internos de Capital Económico;
- Integração em grupos de trabalho do ISP e da APS sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II.
- Realização do QIS 4BIS – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras;
- Actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos e controlos;
- Sistematização e implementação de modelos de *reporting* de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance*;
- Definição, formalização e monitorização de uma política anti-fraude;
- Criação de uma base de dados para contratos com *outsourcers* e fornecedores.

Decorrente da publicação durante o ano 2009 de diversos diplomas legais relacionados com a actividade seguradora, há ainda que salientar a avaliação dos impactos e acompanhamento da implementação dos mesmos, resultantes das alterações introduzidas à Lei de acesso e exercício da actividade seguradora, do novo Código do Trabalho, do novo Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, cuja entrada em vigor foi entretanto adiada, ou ainda do regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (*Call Centers*).

No plano concreto dos seguros do Ramo Vida, destaca-se ainda o acompanhamento e implementação das medidas relacionadas com as alterações introduzidas ao nível do regime jurídico dos planos de poupança de reforma (PPR), bem como das novas regras de comercialização de contratos de seguro de vida associados ao crédito à Habitação.

A nível regulamentar, destacam-se as acções levadas a cabo no âmbito da Conduta de Mercado, com impactos ao nível da Gestão de Reclamações e na criação da figura do Provedor do Cliente, ou ainda as decorrentes da avaliação às recomendações previstas no âmbito da Circular 7/2009.

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os Resultados do Exercício atingiram 5 265 689 euros, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do Resultado do Exercício no montante de 526 569 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 4 700 000 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

2.6 OBJECTIVOS PARA 2010

O ano de 2010 será mais um ano decisivo na consolidação da T-Vida, como um dos eixos da oferta financeira global do Grupo Segurador Tranquilidade.

A T-Vida estabeleceu para 2010 objectivos de crescimento, concordantes com o plano estratégico de conquista de quota de mercado, sem descurar a rentabilidade e tendo em conta o desenvolvimento potencial dos diferentes canais de distribuição da Tranquilidade.

A actuação da T-Vida insere-se numa lógica de fidelização da base de Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes da Tranquilidade. Assim, os principais pilares em que assentará o crescimento objectivado do negócio da T-Vida continuarão a ser:

1. Consolidação do programa *Assurfinance*, designadamente como rede vocacionada para a comercialização da oferta Vida Financeira e seguros de vida associado ao Crédito ao Habitação. Os factores distintivos da rede *Assurfinance* para o desenvolvimento do negócio Vida são: a experiência própria adquirida neste negócio e a proximidade de relação com a rede bancária do Banco Espírito Santo.
2. Alargamento da base de Agentes distribuidores de produtos tradicionais (risco e mistos). O *coaching* da rede de Agentes para instalação e reforço de competências ao nível dos produtos de risco tradicionais, assim como a melhoria no seu posto de trabalho (SIAnet) das funcionalidades de emissão local e imediata da oferta Vida, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspectivado.
3. Reforço da sua presença no Segmento Negócios, numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida para o Empresário e para os seus Colaboradores.
4. Desenvolvimento de uma abordagem comercial Vida Grupo para os Clientes dos segmentos de Médias e de Grandes Empresas. A aposta na lógica de *Employee Benefits* será prosseguida no sentido de promover a actuação comercial dos canais acompanhados pelas estruturas comerciais dedicadas aos segmentos empresariais (Direcção de Grandes Clientes Corretores e *Private* e Direcção de Exploração). Nesta área, e em particular para as Empresas Multinacionais ou Nacionais com projecção internacional a T-Vida dispõe de uma excelente proposta de valor baseada na actividade da sua network internacional, a Insurope. Esta proposta, permite assegurar economia de custos e um serviço homogéneo de elevado nível, em todos os países em que a Empresa opera.

Para 2010 estima-se a continuação da lenta recuperação da generalidade das economias avançadas e de um crescimento mais visível nas economias de mercado emergentes, com efeitos positivos no comércio internacional. O Crédito manter-se-á selectivo, a retoma da confiança das empresas e famílias ainda será ténue. Apesar de se ter afastado o espectro da deflação, mantém-se um cenário de reduzidas pressões inflacionistas para 2010. Continuará a existir grande volatilidade e incerteza nos mercados de capitais sendo mais um ano de dificuldades para o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

Para os próximos anos fixamos metas com níveis de crescimento relevantes, com o objectivo de reforçar a quota de mercado sobretudo nos segmentos dos PPR e Vida Risco (Protecção e Segurança), entre as seguradoras sem canal bancário.

Em 2010 a Companhia continuará o seu programa de implementação de capacidades orientadas ao controlo e mitigação de risco global, com a implementação do seu Plano de Continuidade de Negócio e de modelos de Suporte aos requisitos do Solvência II.

No que respeita à política de risco, para 2010 prevêm-se as seguintes actividades:

- Definição da Política de Risco para os Investimentos;
- Definição e identificação de indicadores e métricas para acompanhamento dos riscos globais;
- Identificação e monitorização dos principais riscos de *compliance* e operacionais;
- Participação nos estudos de impacto quantitativo (QIS 5).

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogal

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

Vogal

António Miguel Natário Rio-Tinto

Vogal

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Vogal

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



ELLEN KOOI b. 1962 - Leeuwarden - Netherlands, "Lissabon - border" 2007 Ilfo Archive, Plexiglass, Reynobond 90 x 181 cm Edição: 3/10
Cortesia da Artista e Câmara Oscura Galeria de Arte





03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ACTIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	11 511		11 511	47 783
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação	6				674
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	312 211		312 211	338 485
Derivados de cobertura	6	1 434		1 434	
Activos disponíveis para venda	6	295 538	-17 391	278 147	251 319
Empréstimos e contas a receber		103 657		103 657	68 316
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	103 620		103 620	68 279
Empréstimos concedidos	6	37		37	37
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis					
Inventários					
Goodwill					
Outros activos intangíveis	12	50 522	-8 388	42 134	44 074
Provisões técnicas de resseguro cedido		6 430		6 430	1 556
Provisão para prémios não adquiridos					
Provisão matemática do ramo vida	4	5 977		5 977	938
Provisão para sinistros	4	134		134	163
Provisão para participação nos resultados	4	319		319	455
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	36		36	41
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		2 590	-277	2 313	8 231
Contas a receber por operações de seguro directo	13	1 758	-277	1 481	2 414
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	431		431	86
Contas a receber por outras operações	13	401		401	5 731
Activos por impostos		6 394		6 394	12 157
Activos por impostos correntes	24	197		197	1 026
Activos por impostos diferidos	24	6 197		6 197	11 131
Acréscimos e diferimentos	13	2 021		2 021	1 104
Outros elementos do activo	13	102 172		102 172	56 615
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
TOTAL ACTIVO		894 516	-26 056	868 460	830 355

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luis Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

BALANÇO (PASSIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
PASSIVO			
Provisões técnicas		341 328	350 037
Provisão para prémios não adquiridos	4	999	887
Provisão matemática do ramo vida	4	332 257	337 772
Provisão para sinistros			
De vida	4	6 159	9 589
Provisão para participação nos resultados	4	1 724	1 650
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira	4	189	139
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	438 999	400 597
Outros passivos financeiros		158	
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	158	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3 120	3 669
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	1 322	1 609
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	473	541
Contas a pagar por outras operações	13	1 325	1 519
Passivos por impostos		253	362
Passivos por impostos correntes	24	253	362
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	3 511	3 352
Outras Provisões	13	24	
Outros Passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
TOTAL PASSIVO		787 393	758 017
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	65 000	65 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	20 000	37 500
Reservas de reavaliação		-12 975	-24 783
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	-13 483	-24 783
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	26	508	
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	3 234	6 568
Outras reservas	26	542	542
Resultados transitados	35		716
Resultado do exercício		5 266	-13 205
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		81 067	72 338
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		868 460	830 355

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luis Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

GANHOS E PERDAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		32 536		32 536	36 426
Prémios brutos emitidos	14	39 319		39 319	39 194
Prémios de resseguro cedido	14	-6 621		-6 621	-2 549
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-162		-162	-219
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	1 335		1 335	1 151
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	4	-43 178		-43 178	-54 085
Montantes pagos		-46 579		-46 579	-53 748
Montantes brutos		-47 391		-47 391	-54 111
Parte dos resseguradores		812		812	363
Provisão para sinistros (variação)		3 401		3 401	-337
Montante bruto		3 430		3 430	-385
Parte dos resseguradores		-29		-29	48
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-50		-50	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	10 880		10 880	11 593
Montante bruto		5 841		5 841	10 930
Parte dos resseguradores		5 039		5 039	663
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-1 663		-1 663	-781
Custos e gastos de exploração líquidos	21	-8 507		-8 507	-9 896
Custos de aquisição		-5 933		-5 933	-6 731
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-37		-37	-53
Gastos administrativos		-3 024		-3 024	-4 017
Comissões e participação nos resultados de resseguro		487		487	905
Rendimentos	16	12 412	80	12 492	23 413
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		11 586	78	11 664	19 068
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		826	2	828	4 345
Gastos financeiros	16	-424	-1	-425	-710
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-424	-1	-425	-710
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		3 965	-79	3 886	-4 981
De activos disponíveis para venda	17 e 18	5 270	-79	5 191	-3 827
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5	-1 305		-1 305	-1 154
De outros					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-801	172	-629	384
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18	-285		-285	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	-516	172	-344	384
Diferenças de câmbio	19	-222		-222	154
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	6	346	327	673	-20 809
De activos disponíveis para venda		346		346	-20 907
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros		327	327	98	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-414		-414	-17
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		191	191	399
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		6 215	690	6 905	-17 759
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		108	108	-13
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		-1 747	-1 747	4 567
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6 215	-949	5 266	-13 205

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Tavares Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luis Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



LUCIA KOCH b. 1966 Brasil, "Otomano", 2009 Fotografia - impressão jacto de tinta s/ papel algodão 52 x 61,5 cm Edição: 1PA (10 + 1 PA) © Lucia Koch



04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL



04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Resultado líquido do exercício	5 266	-13 205
Variação de justo valor dos activos financeiros e de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxo de caixa	11 808	-11 773
Variação dos impostos correntes e diferidos	-3 334	3 120
Total do Rendimento Integral	13 740	-21 858



JOSÉ PEDRO CORTES b. 1976 Portugal, "S/t (Fog)", 2008 da série "Like an empty yard", Inkjet print em Epson Premium photo paper colada em PVC de 25mm. 100 x 125 cm Edição 2/5
Cortesia Módulo - Centro Difusor de Arte



05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS



05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultado do Exercício	TOTAL
	Capital Social	Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	De Instrumentos de Cobertura em Coberturas de Fluxos de Caixa		Reserva Legal	Resultados Transitados		
Balço a 01 de Janeiro 2008	20 000	57 500	-13 010	-	3 448	103	-1 278	4 183	70 946
Aumentos/reduções de capital	25 000								25 000
Conversão de prestações suplementares em capital	20 000	-20 000							-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-11 773						-11 773
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					3 120				3 120
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						439	-439		-
Distribuição de lucros/prejuízos							-1 750		-1 750
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							4 183	-4 183	-
Total das variações do capital próprio	45 000	-20 000	-11 773	-	3 120	439	1 994	-4 183	14 597
Resultado líquido do período								-13 205	-13 205
Balço a 31 de Dezembro 2008	65 000	37 500	-24 783	-	6 568	542	716	-13 205	72 338
Aumentos/reduções de capital	12 489								12 489
Devolução de prestações suplementares		-17 500							-17 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			11 300						11 300
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				508					508
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					-3 334				-3 334
Incorporação de resultados transitados em capital	-12 489						12 489		-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-13 205	13 205	-
Total das variações do capital próprio	-	-17 500	11 300	508	-3 334	-	-716	13 205	3 463
Resultado líquido do período								5 266	5 266
Balço a 31 de Dezembro 2009	65 000	20 000	-13 483	508	3 234	542	-	5 266	81 067



CRUZ-FILIPÉ b. 1934, Lisboa, Portugal, "**Loxodonta Africana, Elefante Africano**", Parque Natural do Serengeti, Tanzânia, Janeiro 2005 Epson Micro Piezo TFP com tintas UltraChrome K3 sob papel Sienna Luster de 250g 75,6 x 113 cm. Edição única. Cortesia do Artista





06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



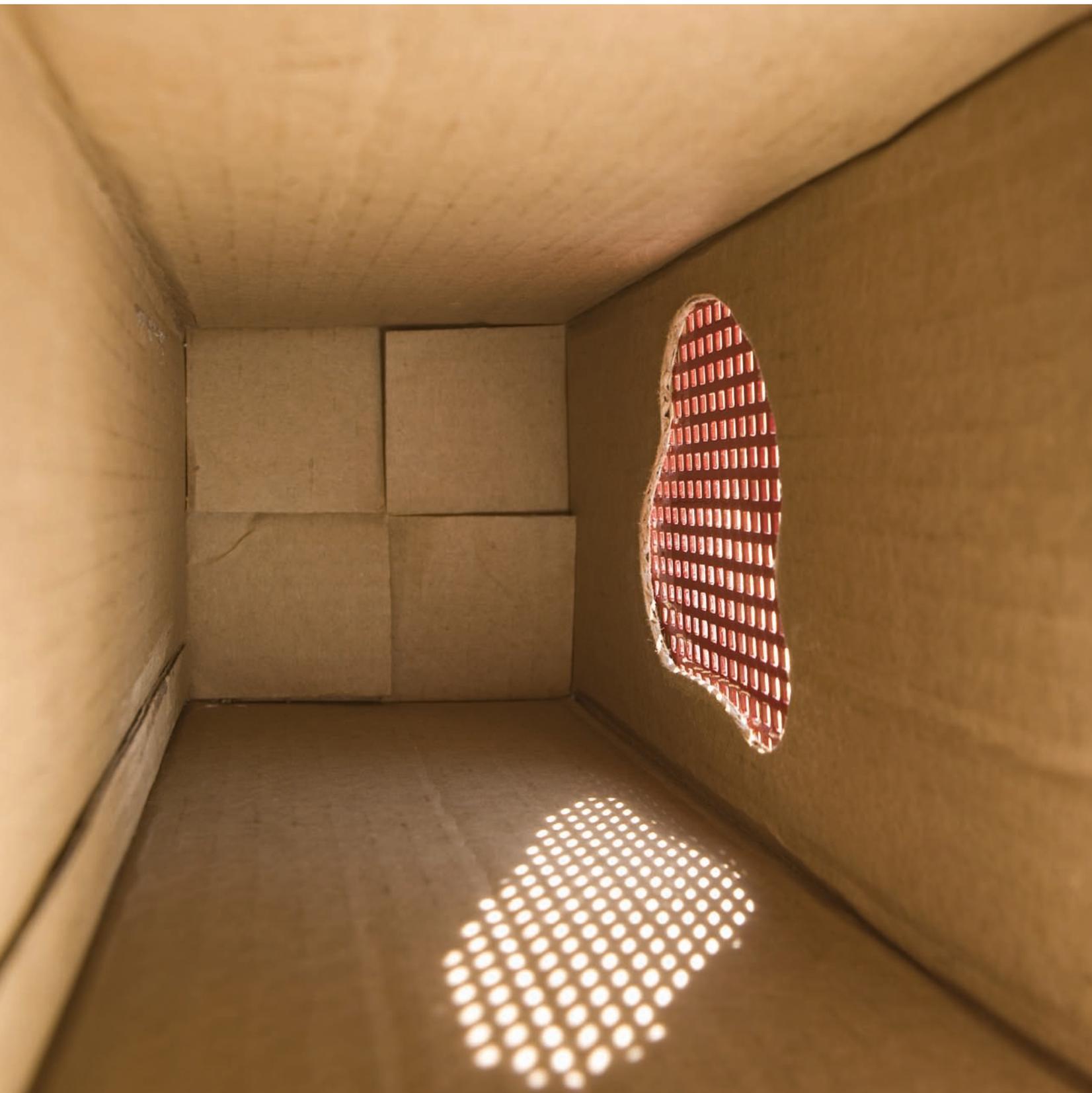
06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais	-32 580	-91 004
Resultado líquido do exercício	5 266	-13 205
Depreciações e amortizações do exercício	2 368	2 321
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-8 709	-11 025
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-4 874	-888
Variação de outras provisões	24	-
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	5 919	-4 291
Variação de outros activos e passivos por impostos	5 654	-9 513
Variação de outros activos e passivos	-37 677	-56 649
Variação de Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-551	2 246
Fluxos de caixa de actividades de investimento	1 319	22 809
Variação de investimentos	1 747	22 810
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-428	-1
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	-5 011	43 250
Distribuição de dividendos	-	-1 750
Subscrição de capital/Prestações acessórias	-5 011	45 000
Variação líquida em caixa e equivalentes	-36 272	-24 945
Caixa e equivalentes no início do período	47 783	72 728
Caixa e equivalentes no fim do período	11 511	47 783



LUCIA KOCH b. 1966 Brasil, "Arquitetura de autor (SESC – Pompéia)", 2009 Fotografia - impressão jacto de tinta s/ papel algodão 35 x 65 cm Edição: 1PA (10 + 1PA) © Lucia Koch



07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de Julho de 2006 tendo como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, com início em 1 de Agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 1 de Agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros Vida sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), mediante a autorização nº 1165.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A T-Vida explora o ramo de seguros vida, para o qual foi autorizada pelo ISP e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Protecção e Reforma para os segmentos de clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

O segmento de negócio objecto de relato é o de linha de negócio global, na qual os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes são os produtos de vida risco e planos poupança-reforma que, em 2009 apresentaram um crescimento de volume de negócio de 1,3% e de 30,6% respectivamente.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2009	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	39 319	19 224	20 095	-
Comissões de contratos de investimento	1 335	-	-	1 335
Prémios brutos adquiridos	39 157	19 062	20 095	-
Resultado dos investimentos	15 276	5 041	9 845	390
Custos com sinistros brutos	43 961	14 174	29 787	-
Variação da provisão matemática	5 841	3 629	2 212	-
Participação nos resultados	-1 663	-1 425	-238	-
Custos de exploração brutos	8 994	4 111	2 847	2 036
Saldo de resseguro	-312	-312	-	-
Resultado técnico	6 215	7 246	-720	-311
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	793 048	104 031	248 959	440 058
Provisões técnicas	341 328	95 214	246 114	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	438 999	-	-	438 999

2008	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	39 194	19 518	19 676	-
Comissões de contratos de investimento	1 151	-	-	1 151
Prémios brutos adquiridos	38 975	19 299	19 676	-
Resultado dos investimentos	-3 175	-4 219	2 420	-1 376
Custos com sinistros brutos	54 496	18 468	36 028	-
Variação da provisão matemática	10 930	2 924	8 006	-
Participação nos resultados	-781	-781	-	-
Custos de exploração brutos	10 801	5 718	4 196	887
Saldo de resseguro	-570	-569	-1	-
Resultado técnico	-18 784	-7 549	-10 123	-1 112
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	749 690	95 927	244 670	409 093
Provisões técnicas	350 037	100 562	249 475	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	400 597	-	-	400 597

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2009, a T-Vida adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a T-Vida adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela T-Vida na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a T-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2010.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclasseificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual,

deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada

prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos activos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos

activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cash flows futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utili-

zação de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua adequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados

como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do ISP, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até Dezembro 1997	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de Julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após Março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004 (**)	GKM 80	1,75% e 2%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas - Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de Julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de Outubro de 2006	GKF 95	3%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Seguros Mistos (*)		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.
(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2009.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar

nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual reflectida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Tradicionais	999	887	162	219
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	999	887	162	219

A provisão para sinistros de seguro directo reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Tradicionais	2 990	4 277	-1 287	930
Capitalização com participação nos resultados	3 169	5 312	-2 143	-545
Total	6 159	9 589	-3 430	385

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 21 milhares de euros (2008: 16 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 16 milhares de euros (2008: 16 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2008 (1)	Sinistros* Pagos em 2009 (2)	Provisão para Sinistros em 31.12.2009 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	4 528	2 313	528	-1 687

(*) Sinistros ocorridos no ano 2008 e anteriores.

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2009 e ao que se perspectiva futuramente.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Tradicionais	134	163	-29	48
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	134	163	-29	48

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2009 e 2008:

(milhares de euros)

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	1 650	2 881
Variação participação atribuída	1 663	860
Pagamentos	-1 351	-1 740
Incorporação em provisão matemática	-238	-351
Saldo em 31 de Dezembro	1 724	1 650

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efectuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco, a razoabilidade do valor é verificada tendo em conta os valores esperados por modalidade versus os valores calculados, apólice a apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido reflectida no activo apresentou a seguinte evolução em 2009 e 2008:

(milhares de euros)

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	455	277
Variação participação atribuída	436	836
Recebimentos	-572	-658
Saldo em 31 de Dezembro	319	455

A provisão matemática reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2009 e 2008, é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	337 772	348 169
Variação do ano	-5 841	-10 930
Incorporação de participação nos resultados	238	351
Outros movimentos	88	182
Saldo em 31 de Dezembro	332 257	337 772

A provisão matemática de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Tradicionalis	394	305	89	30
Capitalização com participação nos resultados	5 583	633	4 950	633
Total	5 977	938	5 039	663

A provisão para estabilização de carteira reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Tradicionalis	189	139	50	-
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	189	139	50	-

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada.
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada.
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado.
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto.
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada.
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afecte os contratos dos seguros de Vida.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;

- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

A T-Vida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

O programa de resseguro em 2009 é constituído por um tratado proporcional em Quota-Parte e Excedente para protecção de Vida Crédito Habitação, um tratado proporcional em Excedente para protecção de Vida Grupo, um tratado proporcional em Excedente para Vida Individual, e um tratado Não proporcional em Excedente de Perdas para protecção Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Quota parte + Excedente
Vida Grupo	Excedente
Vida Crédito Individual	Excedente
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-650	-730
	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-4 626	-5 590

NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e *compliance*. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 foi ainda aprofundada a coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor.

A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-41	-50

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2009	2008
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-1 053	-600

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provém apenas de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2009	2008
Imóveis (FI)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-300	-300

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos em todos os produtos, com especial destaque para os produtos de capitalização.

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2009	2008
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	5 436	1 700
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	-5 185	-1 650

		(milhares de euros)	
Área de análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-4 590	-5 800
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	756	3 600

O cenário com impacto negativo para a Companhia passou a ser o cenário de subida de taxa de juro, ao contrário do cenário de 2008 (descida). Isto deveu-se sobretudo a dois factores:

- Do lado dos activos, existe uma maior exposição a obrigações de taxa fixa e com maturidades superiores às de 2008, aumentando a exposição dos activos a subidas de taxa de juro;
- Do lado dos passivos a provisão para adequação de responsabilidades é menor que a do ano transacto, pelo que o ganho obtido num cenário de subida de taxa de juro (pela redução/anulação dessa mesma provisão) é limitado e não mitiga a perda em activos como aconteceu em 2008.

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Analisando a distribuição por *rating* dessa tipologia de obrigações, cerca de 75% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emittentes com *rating* igual ou superior a "A". Este *mix* não apresenta tendência em se deteriorar, por força da política de investimentos instituída na T-Vida.

(milhares de euros)

Rating	2009		2008	
	%	Valor	%	Valor
AAA	3%	8 870	10%	27 283
AA	16%	42 052	7%	17 536
A	56%	151 821	53%	139 711
BBB	18%	49 856	22%	58 805
BB	4%	11 442	7%	18 958
B	3%	8 678	-	-
CCC	-	-	-	-
Unrated	-	-	-	-
Total	100%	272 719	100%	262 293

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Actividade	2009			2008		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0,7%	4 446	-	-	-	-
Comunicações	4,6%	27 735	-	6,1%	37 317	-
Bens consumíveis (cíclico)	0,9%	5 354	-	1,3%	7 979	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	0,4%	2 669	-	2,8%	17 050	-
Energia	0,8%	5 081	-85	0,4%	2 288	-
Financeiro	28,2%	171 614	-17 306	36,2%	221 344	-20 907
Fundos	51,2%	312 157	-	50,0%	305 622	-
Divida pública	1,8%	10 756	-	-	-	-
Industrial	5,9%	35 700	-	0,6%	3 869	-
Medicina	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	0,8%	4 787	-	0,6%	3 752	-
Serviços públicos/colectivos	4,0%	24 364	-	0,6%	3 974	-
Outros	0,7%	4 520	-	1,3%	8 190	-
	100%	609 183	-17 391	100%	611 385	-20 907

Os valores englobam as rubricas de Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Derivados de Cobertura e Activos disponíveis para venda.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos financeiros e não financeiros, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

2009	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	8	117 472	6 281	155 267	103 812	326 433	709 273
Passivos financeiros						442 277	442 277
Líquido	8	117 472	6 281	155 267	103 812	-115 844	266 996

(milhares de euros)

2008	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	1	146 620	7 838	100 426	126 455	333 468	714 808
Passivos financeiros						404 266	404 266
Líquido	1	146 620	7 838	100 426	126 455	-70 798	310 542

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

No que diz respeito à cobrança de prémios de seguros, a evolução dos montantes em dívida bem como a sua antiguidade é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da evolução dos ratings das entidades em carteira.

Risco operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia. O risco legal também é considerado no risco operacional.

- Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos produtos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direcções da T-Vida que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;
- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.
- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº.14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Para mitigação deste risco, durante o ano 2009, a Companhia procedeu ainda, em reforço aos procedimentos já anteriormente definidos em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, à formalização e implementação de uma Política Anti-fraude, através da qual se definiram os princípios e procedimentos que regem os mecanismos de prevenção e detecção de situações fraudulentas ou práticas criminosas, bem como os mecanismos de registo e cooperação com as autoridades policiais, judiciais ou demais autoridades públicas com responsabilidades nesta área.

Neste âmbito foi igualmente iniciada a criação de uma base de dados de

perdas na qual são registados todos os eventos susceptíveis de originar uma perda para a Companhia, de modo a monitorizar o risco e permitir que sejam tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes semelhantes no futuro.

SOLVÊNCIA

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Elementos constitutivos do fundo de garantia	34 221	28 233
Margem de solvência a constituir	17 728	18 049
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	16 798	17 194
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	664	567
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	266	288
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 200
Excesso/insuficiência da margem de solvência	16 493	10 185
Taxa de cobertura da margem de solvência	193,03%	156,43%

RÁCIOS DE ACTIVIDADE

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2009	2008
Sinistros/Prémios (IFRS 4)	111,8%	141,4%
Benefícios Pagos/Depósitos recebidos (IAS 39) ^{a)}	43,0%	38,1%
Custos de aquisição/(Prémios + Depósitos recebidos)	5,8%	8,0%
Custos administrativos/(Prémios + Depósitos recebidos)	2,9%	4,8%

a) Em 2008, excluindo 310 000 milhares de euros de depósitos relativos à operação de capitalização financeira.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efectuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos actuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

NOTA 5 - PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)

	Financieros sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de Janeiro de 2008	31 032	6 520	26 521	-	64 073
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	-	10 807	33 622	310 000	354 429
Montantes pagos	-8 810	-1 366	-7 857	-	-18 033
Juros técnicos	1 154	-1 296	191	79	128
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	23 376	14 665	52 477	310 079	400 597
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	41 178	3 377	18 200	-	62 755
Montantes pagos	-10 590	-5 875	-11 074	-	-27 539
Juros técnicos	1 189	1 123	3 424	-2 550	3 186
Saldos a 31 de Dezembro de 2009	55 153	13 290	63 027	307 529	438 999

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao justo valor						
por ganhos e perdas	11 423	-9 242	2 181	3 320	-1 918	1 402
Capitalização	10 988	-7 528	3 460	2 067	-577	1 490
PPR	435	-1 714	-1 279	1 253	-1 341	-88
Valorizados ao custo						
amortizado	-	-1 305	-1 305	-	-1 154	-1 154
Capitalização	-	-837	-837	-	-1 153	-1 153
PPR	-	-468	-468	-	-1	-1
Total	11 423	-10 547	876	3 320	-3 072	248

Os 158 milhares de euros registados em 2009, em Outros passivos financeiros – Outros dizem respeito a valores negativos de instrumentos financeiros derivados, que se encontram analisados na Nota 6.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda	278 147	251 319
Depósitos a prazo	103 620	68 279
Activos financeiros classificados ao justo valor		
através de ganhos e perdas	312 211	338 485
Activos financeiros detidos para negociação	-	674
Derivados de cobertura	1 434	-
Total participações e instrumentos financeiros	695 412	658 757

No Anexo 1 estão considerados 158 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que para efeitos de balanço são apresentados no passivo.

ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR POR GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	10 688	35 863
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	301 523	302 622
Valor de balanço	312 211	338 485
Valor de aquisição	315 269	339 454

A Companhia possuiu nesta tipologia em 2009 e 2008, instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, com segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2009	2008
Crédito estruturado	4 576	30 311
Derivado de crédito	3 529	3 592
Outros	2 583	-
	10 688	33 903

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	9 256	-
De outros emissores	255 358	242 599
Acções	2 899	2 233
Outros títulos de rendimento variável	10 634	6 487
Valor de balanço	278 147	251 319

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	283 157	-24 597	-15 960	242 599
Acções	7 365	-186	-4 947	2 233
Outros títulos de rendimento variável	6 487	-	-	6 487
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	297 009	-24 783	-20 907	251 319
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	9 449	-193	-	9 256
De outros emissores	283 528	-13 410	-14 760	255 358
Acções	5 518	12	-2 631	2 899
Outros títulos de rendimento variável	10 526	108	-	10 634
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	309 021	-13 483	-17 391	278 147

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	20 907	-
Dotações do exercício	854	20 907
Anulações do exercício por venda de activos	-3 170	-
Reversões do exercício	-1 200	-
Saldo em 31 de Dezembro	17 391	20 907

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias são como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 200	-15 960
Acções e outros títulos de rendimento variável	-854	-4 947
	346	-20 907

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

(milhares de euros)				
	2009		2008	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Contratos <i>Forward</i>	-158	10 140	674	9 640

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

Dado que estes contratos apresentam em 2009 um justo valor negativo, o mesmo é apresentado no Passivo, em Outros passivos financeiros – Outros.

DERIVADOS DE COBERTURA

A Companhia detém, a 31 de Dezembro de 2009 instrumentos financeiros de cobertura, que visam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de Swaps de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celerados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objectivo de protecção face alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação da taxa de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Os instrumentos de cobertura têm um valor nominal 61 500 milhares de euros e um justo valor de 1 434 milhares de euros. A maturidade destes instrumentos é de 1 a 5 anos.

Os fluxos de caixa ocorreram numa base trimestral ou semestral, na componente de taxa variável e numa base anual na componente de taxa fixa, sendo que afectarão os resultados da Companhia numa de especialização mensal.

As quantias reconhecidas durante o período em Capital Próprio com origem no derivado de cobertura foram os seguintes:

(milhares de euros)			
Valor Nominal	Ganhos e Perdas	Reserva de Reavaliação	Efeito Global
61 500	710	508	1 218

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica de Rendimentos de Investimentos.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, foram contabilizados na sub-conta - Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa.

Durante o ano de 2009, não foi contabilizado qualquer valor nos resultados do período com origem no capital próprio.

A IAS 39 exige que a eficácia da cobertura seja avaliada, tanto prospectiva como retrospectiva. A Companhia procedeu aos referidos testes, no sentido de quantificar o grau de cobertura, chegando à conclusão que existiu eficácia na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura, face aos activos cobertos, quer numa base prospectiva, quer numa base retrospectiva.

Neste contexto, não houve lugar ao reconhecimento, de qualquer valor em ganhos e perdas, atribuíveis à ineficácia decorrente das coberturas de fluxo de caixa relativo ao instrumento de cobertura face ao item coberto.

OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a companhia detém ainda outros activos conforme segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Empréstimos concedidos	37	37
Depósitos junto de empresas cedentes	-	-
Outros	-	-
Total de outros activos financeiros	37	37

O montante de empréstimos concedidos refere-se a empréstimos sobre apólices.

JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2009		2008	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 511	11 511	47 783	47 783
Empréstimos e contas a receber	103 657	103 657	68 316	68 316
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 313	2 313	8 231	8 231
ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	117 481	117 481	124 330	124 330
Passivos financeiros de contratos de investimento	425 092	438 999	400 453	400 597
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 120	3 120	3 669	3 669
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	428 212	442 119	404 122	404 266

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Todos os outros activos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2009				Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
Títulos e unidades de participação	309 157	-	-	3 000	312 157
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 899	-	-	-	2 899
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	204 465	70 837	-	-	275 302
Derivados	-	1 434	-	-	1 434
Total	516 521	72 271	-	3 000	591 792

(milhares de euros)

	2008				Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
Títulos e unidades de participação	302 622	-	-	3 000	305 622
Acções e outros títulos de rendimento variável	5 720	-	-	-	5 720
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	162 298	99 996	-	16 168	278 462
Derivados	-	674	-	-	674
Total	470 640	100 670	-	19 168	590 478

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Nível 4:

Instrumentos financeiros valorizados a custo de aquisição.

NOTA 8 - CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Caixa	8	1
Depósitos em instituições de crédito	11 503	47 782
Total	11 511	47 783

NOTA 11 - AFECÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

(milhares de euros)

2009	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	951	548	121	9 891	11 511
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 160	3 945	304 106	-	312 211
Derivados de cobertura	1 434	-	-	-	1 434
Activos financeiros disponíveis para venda	267 190	10 434	-	523	278 147
Empréstimos concedidos e contas a receber	79 236	1 766	10 653	12 002	103 657
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	102 172	59 328	161 500
Total	352 971	16 693	417 052	81 744	868 460

(milhares de euros)

2008	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	31 198	1 651	10 142	4 792	47 783
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	674	-	-	-	674
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	24 133	9 770	304 582	-	338 485
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	233 948	11 538	-	5 833	251 319
Empréstimos concedidos e contas a receber	64 718	2 070	1 528	-	68 316
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	56 615	67 163	123 778
Total	354 671	25 029	372 867	77 788	830 355

NOTA 12 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o *software* e os outros activos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Value in force* corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este activo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Outros intangíveis	50 522	50 094
Value in force	50 000	50 000
Software	434	13
Outros	88	81
Amortizações acumuladas	-8 388	-6 020
Imparidades	-	-
Activo Líquido	42 134	44 074

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)				
	Value in Force	Software	Outros	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	46 363	4	27	46 394
Adições	-	1	-	1
Amortizações do exercício	-2 290	-4	-27	-2 321
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	44 073	1	-	44 074
Adições	-	421	7	428
Amortizações do exercício	-2 223	-145	-	-2 368
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	41 850	277	7	42 134

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Total de amortizações do exercício	2 368	2 321
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	118	116
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	355	348
Gastos administrativos	1 895	1 857
Gastos financeiros		
Outros	-	-

NOTA 13 - OUTROS ACTIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activo bruto	1 758	3 018
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	1 110	2 380
Mediadores de seguro	470	212
Co-seguradoras	178	426
Ajustamentos	-277	-604
Recibos por cobrar	-277	-604
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo líquido	1 481	2 414

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activo bruto	431	86
Resseguradores	431	86
Ressegurados	-	-
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo líquido	431	86

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activo bruto	401	5 731
Entidades relacionadas	195	3 683
Pessoal	-	241
Outros valores a receber	206	1 807
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Activo líquido	401	5 731

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ajustamento de Recibos por Cobrar	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	604	702
Dotações do exercício	-	-
Utilizações do exercício	-327	-98
Saldo em 31 de Dezembro	277	604

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Acréscimos de rendimentos	1 592	648
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	1 592	648
Gastos diferidos	429	456
Custos de aquisição	429	456
Total	2 021	1 104

O saldo do activo de Outros elementos do activo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos activos são geridos operacionalmente pela BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A e é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	56 615	27 905
Depósitos recebidos	58 101	37 275
Benefícios pagos	-16 659	-8 841
Juro técnico de exercício	4 115	276
Saldo em 31 de Dezembro	102 172	56 615

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	303	742
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4	28
- Contas correntes	886	837
Co-seguradoras	129	2
Total	1 322	1 609

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resseguradores	473	541
Ressegurados	-	-
Total	473	541

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Comissões de gestão	627	1 267
Entidades relacionadas	1	1
Outros fornecedores de bens e serviços	8	42
Outros valores a pagar	689	209
Total	1 325	1 519

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Rendimentos diferidos	-	-
Acréscimo de custos	3 511	3 352
- Custos c/ pessoal (subsídios e encargos)	240	119
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	1 320	504
- Fornecimentos e serviços externos	602	997
- Serviços prestados empresas relacionadas	973	1 280
- Outros	376	452
Total	3 511	3 352

NOTA 14 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios de contratos de seguros são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Vida						
Tradicional	19 224	19 518	162	219	19 062	19 299
Capitalização com part. resultados	20 095	19 676	-	-	20 095	19 676
Total	39 319	39 194	162	219	39 157	38 975

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Prémios brutos emitidos de seguro directo	39 319	39 194
Relativos a contratos individuais	23 693	24 453
Relativos a contratos de grupo	15 626	14 741
	39 319	39 194
Periódicos	23 148	23 349
Não periódicos	16 171	15 845
	39 319	39 194
De contratos sem participação nos resultados	6 107	6 000
De contratos com participação nos resultados	33 212	33 194
	39 319	39 194
Saldo de resseguro	-312	-572

NOTA 15 - COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Nos contratos de seguro emitidos pelo Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição e de gestão dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 - RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Juros	11 758	20 863
Activos financeiros disponíveis para venda	8 892	14 828
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	889	1 795
Depósitos, empréstimos e outros activos	1 977	4 240
Dividendos	97	750
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2
Activos financeiros disponíveis para venda	97	748
Derivados	637	1 800
Total	12 492	23 413

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	512	-
De outros emissores	9 269	16 623
Acções	93	638
Outros títulos de rendimento variável	4	112
Derivados	575	1 800
Depósitos	2 039	4 240
Total	12 492	23 413

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Custos imputados à função investimentos	425	710
Total	425	710

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos financeiros, segregadas pelas respectivas categorias são como segue:

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	7 627	-2 436	5 191	1 233	-5 060	-3 827
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	267	-653	-386	40	-210	-170
Activos financeiros detidos para negociação	-	-285	-285	-	-	-
Total	7 894	-3 374	4 520	1 273	-5 270	-3 997

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	105	-2 244	-2 139	206	-1 054	-848
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Total	105	-2 244	-2 139	206	-1 054	848

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	1 064	-1 315	-251	1 693	-1 287	406
Activos financeiros detidos para negociação	468	-439	29	1 311	-1 563	-252
Total	1 532	-1 754	-222	3 004	-2 850	154

NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Outros rendimentos técnicos	18	2
Comissões de gestão de co-seguro	17	-
Outros	1	2
Outros gastos técnicos	432	19
Comissões de gestão de co-seguro	4	-
Outros	428	19
Valor do ganhos e perdas	-414	-17

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Outros rendimentos não técnicos	249	428
Correcções e acertos	1	428
Outros ganhos	248	-
Outros gastos não técnicos	58	29
Donativos	5	10
Serviços bancários e juros de mora	20	17
Outros gastos	33	2
Valor do ganhos e perdas	191	399

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

2009	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	98	9%	523	48%	436	40%	33	3%	1 090	100%
Fornecimentos e serviços externos	123	5%	1 705	68%	642	26%	41	2%	2 511	100%
Impostos	-	-	31	62%	-	-	19	38%	50	100%
Amortizações	119	5%	355	15%	1 894	80%	-	-	2 368	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	332	100%	332	100%
Total	340	5%	2 614	41%	2 972	47%	425	7%	6 351	100%

(milhares de euros)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	136	9%	726	48%	605	40%	45	3%	1 512	100%
Fornecimentos e serviços externos	318	6%	3 440	64%	1 511	28%	106	2%	5 375	100%
Impostos	-	-	113	62%	-	-	69	38%	182	100%
Amortizações	116	5%	348	15%	1 857	80%	-	-	2 321	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	490	100%	490	100%
Total	570	6%	4 627	47%	3 973	40%	710	7%	9 880	100%

O montante das Custos com o pessoal é analisado na Nota 22. O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Electricidade e água	-	18
Combustíveis	24	31
Material de escritório, impressos e outros	3	1
Artigos para oferta	34	34
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	1	3
Manutenção de equipamento informático	223	173
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	64	74
Despesas de deslocação e representação	22	44
Correios	104	98
Seguros	9	4
Publicidade e marketing	423	520
Limpeza, higiene e conforto	-	15
Vigilância e segurança	-	3
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	330	604
Serviços e desenvolvimentos informáticos	169	119
Quotizações APS	25	5
Cobrança de prémios	94	99
Exames médicos	71	77
Comissões	348	883
Clube mediador	177	244
Prestação de serviços operacionais	288	2 282
Outros serviços e fornecimentos diversos	102	44
Total	2 511	5 375

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Taxa para o ISP	50	182
Total	50	182

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Intangível - <i>Value in force</i>	2 223	2 290
Equipamentos e aplicações informáticas	145	4
Outros	-	27
Total	2 368	2 321

O montante dos Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Comissões de guarda, gestão títulos e outras comissões	332	490
Total	332	490

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-1 128	-1 173
Custos imputados	-2 614	-4 627
Outros custos de aquisição	-2 191	-931
Custos de aquisição diferidos (variação)	-37	-53
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-52	-44
Custos imputados	-2 972	-3 973
Comissões e participação nos resultados de resseguro	487	905
Total	-8 507	-9 896

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2009	2008
Direcção	2	-
Quadro Técnico	13	17
Quadro Técnico-Administrativo	1	-
Total	16	17

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Remunerações - Órgãos sociais	159	197
Remunerações - Pessoal	725	1 051
Encargos sobre remunerações - Órgãos sociais	18	16
Encargos sobre remunerações - Pessoal	146	146
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	10	3
Seguros obrigatórios	12	12
Gastos de acção social	16	29
Formação	4	12
Outros gastos com pessoal	-	46
Total	1 090	1 512

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

Dando cumprimento à Lei 28/2009, de 19 de Junho, as remunerações pagas individualmente aos membros dos órgãos sociais de administração, em 2009, foram as seguintes:

(milhares de euros)	
	Total Anual
Conselho de Administração	158
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Presidente)	44
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	38
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	38
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	38
Total	158

Os restantes membros dos órgãos sociais da Companhia exercem funções não remuneradas. Os órgãos de fiscalização, embora remunerados, não receberam qualquer valor durante 2009.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma

Conforme referido na Nota 3, a T-Vida estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma na T-Vida é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2009.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2009 e 2008, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2009	2008
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%- 3,75% (*)	3,5% - 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,19% - 4,74% (*)	6% - 5,7% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25%	2,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2009	2008
Activos	4	4
Reformados	-	-
	4	4

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2009	2008
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-155	-110
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	175	123
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	20	13
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	16	28
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	36	41

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2009	2008
Responsabilidades em 1 de Janeiro	110	91
Custo do serviço corrente	5	4
Custo dos juros	6	5
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-7	10
Transferências de outros fundos	41	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	155	110

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

	2009	2008
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	123	94
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	7	6
Ganhos e perdas actuariais	4	-13
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	36
Transferências de outros fundos	41	-
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	175	123

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2009	2008
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	28	5
(Ganhos) e perdas actuariais		
- nas responsabilidades	-7	10
- nos activos do plano	-4	13
Amortização do exercício	-1	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	16	28

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2009 e 2008, pode ser analisada como segue:

	2009	2008
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	-13	-3
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	-7	10
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	-4	13
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	5	4
- Custo dos juros	6	5
- Rendimento esperado do fundo	-7	-6
Contribuições efectuadas no ano	-	-36
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	20	13

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	5	4
Custo dos juros	6	5
Rendimento esperado do fundo	-7	-6
Amortização do exercício	1	-
Custos do exercício	5	3

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Em 1 de Janeiro	41	8
Custo do exercício	-5	-3
Contribuições efectuadas no ano	-	36
Em 31 de Dezembro	36	41

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Terrenos e edifícios	8 096	8 191
Acções e outros títulos de rendimento variável	17 978	15 161
Títulos de rendimento fixo	34 080	25 946
Depósitos em instituições de crédito	2 133	8 983
Devedores e credores do fundo	-565	22
Juros a receber	441	758
	62 163	59 061

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade + BES-Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,28% (2008: 0,21%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 4 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades	-155	-110	-91	-40
Saldo dos fundos	175	123	94	40
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	20	13	3	-
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	16	28	5	-
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	36	41	8	-

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2009 e 2008 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2007, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação, da Companhia, relativas aos exercícios de 2006 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2009 e 2008 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2009		2008	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	175	-	985	-
Retenção de imposto na fonte	-	110	15	95
Imposto sobre o valor acrescentado	-	7	-	-
Outros impostos e taxas	-	114	-	240
Contribuições para a segurança social	22	22	26	27
	197	253	1 026	362

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Investimentos	2 327	6 574	-	-158	2 327	6 416
Prejuízos fiscais	3 870	4 715	-	-	3 870	4 715
Benefícios pessoal	-	-	-	-	-	-
	6 197	11 289	-	-158	6 197	11 131

Os valores de 2009 e 2008 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para as IFRS.

Os impostos correntes e diferidos no exercício de 2009 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto corrente	146	-	108	254
Estimativa de IRC	146	-	108	254
Imposto autónomo	-	-	-	-
Imposto diferido	-3 480	-	-1 747	-5 227
Investimentos	-742	-	54	-688
Prejuízos fiscais	-2 738	-	-1 801	-4 539
Benefícios pessoal	-	-	-	-
Total	-3 334	-	-1 639	-4 973

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resultado antes de impostos	6 905	-17 759
Taxa de imposto	26,50%	26,50%
Imposto apurado com base na taxa oficial	-1 830	4 706
Dividendos excluídos da tributação	-24	-191
Benefícios fiscais	-3	-7
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	218	10
Imposto diferido activo não reconhecido anteriormente	-	23
Imposto autónomo	-	13
Imposto corrente + Diferido	-1 639	4 554

NOTA 25 - CAPITAL

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de acções de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

Em 2009 houve lugar a uma realização de capital e a uma incorporação de resultados transitados negativos, ambas no valor de cerca de 12,5 milhões de euros.

Os valores registados em Outros instrumentos de capital, de 20 e 37,5 milhões de euros, em 2009 e 2008, respectivamente, dizem respeito a prestações acessórias do accionista único.

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Reservas de justo valor de activos financeiros e instrumentos de cobertura	-12 975	-24 783
Reserva por impostos diferidos e correntes	3 234	6 568
Outras reservas	542	542
- Reserva legal	542	542
Reservas	-9 199	-17 673

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Títulos de rendimento variável	120	-186
Títulos de rendimento fixo	-13 603	-24 597
Derivados de cobertura	508	-
Reservas de justo valor	-12 975	-24 783

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Juro decorrido dos derivados de cobertura	926	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	309 021	297 009
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	309 947	297 009
Imparidade	-17 391	-20 907
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	292 556	276 102
Justo valor dos derivados de cobertura	1 434	-
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	278 147	251 319
Justo valor líquido de investimentos disponíveis para venda	279 581	251 319
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-12 975	-24 783
Impostos diferidos e correntes	3 234	6 568
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-9 741	-18 215

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Saldo a 01 de Janeiro	-18 215	-9 562
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	11 462	9 134
Imparidade reconhecida no ano	346	-20 907
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	-3 334	3 120
Saldo a 31 de Dezembro	-9 741	-18 215

NOTA 27 - RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Resultado líquido do exercício	5 266	-13 205
Número de acções	65 000 000	65 000 000
Resultados por acção (em euros)	0,08	-0,20

NOTA 28 - DIVIDENDOS POR ACÇÃO

A companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2009, não foram nem atribuídos nem pagos quaisquer dividendos.

NOTA 29 - TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o montante global dos activos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2009				2008			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO	43 343	2 668	2 500	3 533	76 832	1 071	2 560	4 735
ESUMÉDICA	-	-	71	-	-	-	77	-
BESI	21 072	-	-	178	5 814	-	-	-
BES LEASING	11 996	-	-	203	1 450	-	-	155
TRANQUILIDADE	196	-	-	-	3 368	10	-	-
BES VIDA	103 764	1 276	5 664	5 894	57 608	1 280	2 913	-
BEST	-	346	-	-	-	6	-	-
ESAF	-	179	179	-	-	353	354	-
BAC	70	7	2	-	-	3	-	-
ES FINANCIER	7 164	-	-	236	-	-	-	-
Total	187 605	4 476	8 416	10 044	145 072	2 723	5 904	4 890

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação operacional	13	26	26

NOTA 37 - OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Adoptadas pela Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qual-

quer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: divulgações

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 - Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade.

Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória para as Entidades Cotadas, nesta base não tem aplicação obrigatória na Companhia.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo.

Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação - Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação - instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação.

De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros.

A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008. Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2009 são como segue:

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o re-

torno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo

valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ainda não adoptadas pela Companhia

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A Companhia irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal

como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- As condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- O reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- A identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- O reconhecimento de proveitos;
- A contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pela Companhia a seguinte alteração:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia em 2010.

ANEXO 1 INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PERTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
BES BANCO ESPIRITO SANTO	388 200			11,11	4 312 788,21	4,55	1 766 698,20
Subtotal	388 200	0,00			4 312 788,21		1 766 698,20
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BEF 07/11		4 000 000,00	100,00%	100,9%	4 035 464,00	101,0%	4 039 492,00
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	98,64%	91,5%	1 518 285,80	98,6%	1 637 424,00
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1ºS		1 753 000,00	107,91%	90,1%	1 579 144,44	107,9%	1 891 662,30
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		1 662 800,00	100,44%	100,0%	1 662 800,00	100,6%	1 672 774,04
BESLEASING FACTORING 22/09/2014		6 253 600,00	99,99%	100,0%	6 253 625,36	100,5%	6 284 032,10
Subtotal	0	15 329 400,00			15 049 319,60		15 525 384,44
Total	388 200	15 329 400,00			19 362 107,81		17 292 082,64
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP	250 000			0,79	198 500,08	0,84	210 750,00
EDP RENOVA	62 500			7,98	498 735,83	6,62	413 750,00
Subtotal	312 500	0,00			697 235,91		624 500,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES - ACÇÕES EUROPA	104			11,71	1 213,05	10,12	1 047,86
ES - CAPITALIZAÇÃO	2 201			9,27	20 401,29	9,21	20 277,83
ES - OBRIGAÇÕES EUROPA	12			9,45	114,20	11,12	134,42
ES - PLANO CRESCIMENTO	44			5,11	224,78	5,36	235,65
ES ROCK FELLER GLOBAL	10 162			117,11	1 190 021,23	117,04	1 189 309,92
ES TRADING FUND	60 476			104,76	6 335 491,95	106,56	6 444 349,20
Subtotal	72 999	0,00			7 547 466,50		7 655 354,88
Subtotal	385 499	0,00			8 244 702,41		8 279 854,88
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3.2% 04/15/2011		2 000 000,00	102,23%	102,9%	2 057 200,00	104,5%	2 090 189,04
Subtotal	0	2 000 000,00			2 057 200,00		2 090 189,04
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.5% 07/13 2 200 000,00			100,33%	102,1%	2 245 232,00	102,0%	2 244 462,24
Subtotal	0	2 200 000,00			2 245 232,00		2 244 462,24
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3% 07/17/12		2 000 000,00	101,02%	99,7%	1 993 900,00	102,4%	2 047 835,45
BANCO SANTANDER TOTTA 3.25% 10/14		400 000,00	99,30%	100,0%	399 892,00	99,9%	399 723,45
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	73,70%	100,0%	2 000 000,00	73,7%	1 474 730,00
BCP 04/14 5.625%		1 500 000,00	107,48%	104,4%	1 566 192,00	111,4%	1 670 483,72
BCP 3.75% 10/16		2 000 000,00	98,96%	99,9%	1 998 800,00	99,8%	1 996 434,88
BCP FINANCE BANK 21/12/16		500 000,00	89,99%	90,8%	454 000,00	90,0%	450 110,28
BESPL 3.375% 02/15 FVO		300 000,00	98,98%	99,8%	299 505,00	99,4%	298 145,55
BESPL 5.625% 06/14		2 000 000,00	107,05%	105,8%	2 115 950,00	110,3%	2 205 502,00
BRISA 4.797 03-09/2013		2 000 000,00	104,44%	103,9%	2 078 000,00	105,7%	2 113 933,53
BRISA FINANCE 4.797% 09/13 FVO		500 000,00	104,44%	102,4%	512 000,00	105,7%	528 483,38
BRISA PL 4.5% 12/16 FVO		250 000,00	99,70%	101,5%	253 750,00	100,0%	250 058,87
CIMPOR 4.5% 05/11 FVO		400 000,00	101,43%	102,0%	407 800,00	104,1%	416 462,68
EDP FIN		1 500 000,00	100,69%	101,8%	1 527 225,00	102,7%	1 539 993,64
MONTEPIO GERAL 3.25% 07/12		1 000 000,00	101,37%	100,4%	1 003 500,00	102,8%	1 027 714,66

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
MONTPI 29/05/2013		2 250 000,00	95,22%	99,8%	2 244 375,00	95,3%	2 144 273,50
PORTEL 3.75% 03/12 FVO		400 000,00	102,16%	99,7%	398 800,00	105,0%	420 158,85
PORTUGAL TEL FIN 04/30/13 6%		3 500 000,00	108,31%	105,2%	3 681 700,00	112,3%	3 931 739,97
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19		3 000 000,00	100,70%	101,1%	3 032 690,00	101,5%	3 045 384,57
Dep Praz EUR Barclays		0,00			10 215 728,06		10 218 335,80
Dep Prazo EUR BCP		0,00			26 500 000,00		26 523 712,51
Dep Prazo EUR BES		0,00			22 080 000,00		22 083 852,00
Dep Prazo Eur BESI		0,00			21 018 355,52		21 031 165,01
Dep Prazo EUR MG		0,00			23 681 485,30		23 762 710,72
Subtotal	0	25 500 000,00			129 463 647,88		129 580 945,02
Subtotal	0	29 700 000,00			133 766 079,88		133 915 596,30
Total	385 499	29 700 000,00			142 010 782,29		142 195 451,18
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
FRANCE TELECOM	17 000			17,58	298 842,87	17,43	296 225,00
OMV AG	7 000			29,87	209 099,34	30,29	212 030,00
Subtotal	24 000	0,00			507 942,21		508 255,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	151 161			10,54	1 592 628,05	9,39	1 419 701,11
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	82 914			10,57	876 231,38	8,67	719 283,20
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	67 924			9,32	633 240,81	8,31	564 180,23
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	34 880			10,17	354 860,49	8,23	287 136,11
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	9 821			20,88	205 025,70	17,10	167 939,44
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	16 723			19,37	324 005,59	17,10	285 966,38
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	993,53	298 057 530,00
STENHAM BERLIN RESIDENCIAL FUND	3 000 000			1,00	3 000 285,00	1,00	3 000 000,00
Subtotal	3 663 424	0,00			306 986 277,02		304 501 736,47
Subtotal	3 687 424	0,00			307 494 219,23		305 009 991,47
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
FRANCE O.A.T. 3 10/25/15		1 000 000,00	100,91%	99,7%	997 240,00	101,5%	1 014 606,84
HELLENIC REPUBLI GG 5,5 20/08/14		1 500 000,00	102,34%	109,1%	1 637 050,00	107,4%	1 611 271,24
HELLENIC REPUBLIC 4.3 20/03/12		2 200 000,00	100,59%	104,6%	2 300 760,00	104,3%	2 295 139,45
Subtotal	0	4 700 000,00			4 935 050,00		4 921 017,53
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABB INTL FINANCE 4.625% 06/06/13		500 000,00	105,19%	105,4%	526 850,00	107,8%	539 111,03
ALPHA FLOAT 17/01/2012		3 000 000,00	94,35%	100,0%	3 001 200,00	94,6%	2 836 644,90
ANGLO AMERICAN CAP 4.25% 09/13		650 000,00	102,98%	99,8%	648 453,00	104,1%	676 338,60
AUCHAN SA 5.125% 07/14		1 150 000,00	107,67%	106,2%	1 221 862,50	110,0%	1 264 996,80
AUTOSTRAD SPA 06/09/2011		4 500 000,00	99,95%	100,9%	4 540 365,00	100,0%	4 501 068,60
BANCA POP VERONA NOVARA 08/02/17		4 000 000,00	89,82%	99,9%	3 997 000,00	90,0%	3 599 237,56
BANCO SABADELL 05/09/10		3 000 000,00	101,25%	102,0%	3 059 100,00	104,5%	3 134 490,80
BASF FIN EUROPNV 5.125% 06/15		1 000 000,00	107,98%	104,1%	1 041 480,00	110,9%	1 108 560,44
BASF FINANCE EUROPE 5.125% 06/15		4 500 000,00	107,98%	108,7%	4 892 100,00	110,9%	4 988 522,00
BAYER CAP COPNV 4.625% 09/14		2 000 000,00	106,09%	104,5%	2 089 600,00	107,3%	2 146 072,16
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020		5 000 000,00	86,70%	99,9%	4 995 137,32	86,9%	4 346 444,03
BMW FINANCE 4% 09/17/14		1 000 000,00	101,92%	99,8%	998 000,00	103,1%	1 030 716,75
BOSTON SCIENTIFIC 6% 15/06/2011		5 000 000,00	72,33%	77,0%	3 848 777,13	72,5%	3 625 520,50
CAJA CASTILLA 02/11/2016		3 000 000,00	26,00%	100,0%	3 000 360,00	26,3%	788 702,49
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019		4 000 000,00	79,44%	99,5%	3 981 460,00	79,6%	3 185 600,44
CARREFOUR SA 5.375% 06/15		1 250 000,00	109,33%	107,5%	1 344 150,00	112,3%	1 403 839,97
COMPAGNIE ST GOBAIN 11/04/2012		2 200 000,00	98,37%	99,9%	2 197 008,00	98,6%	2 169 157,21
COMPUTER 7.375% 15/06/11		5 000 000,00	73,80%	81,1%	4 054 150,11	74,0%	3 701 366,02
CRITERIA CAIXACORP 4.125% 11/14 FVO		150 000,00	100,52%	100,2%	150 300,00	101,0%	151 479,53
DAIMLER NA CORP 5.75% 06/10		3 000 000,00	101,78%	101,8%	3 055 050,00	104,9%	3 146 145,34

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
DANSKE BANK 3.25% 10/15	1 500 000,00		99,23%	99,5%	1 492 215,00	100,0%	1 499 826,14
DEUTSCH BAHN FIN 4.875% 03/12/19	1 500 000,00		106,27%	107,6%	1 613 400,00	110,2%	1 652 949,33
Deutsche Bk 09/22/15	400 000,00		94,45%	96,1%	384 480,00	94,5%	377 878,92
DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2 000 000,00		99,45%	99,8%	1 995 000,00	99,5%	1 989 254,10
DOURM 1 A	724 309,71		89,93%	98,6%	713 983,12	90,0%	651 566,29
E.ON INTL FIN 4.125% 03/13	500 000,00		104,70%	100,0%	499 855,00	107,9%	539 333,57
EBS BUILDING SOCIETY 28/11/2016	5 000 000,00		52,00%	99,9%	4 993 150,00	52,1%	2 604 890,42
EDISON SPA 4.25% 07/14	1 000 000,00		102,70%	101,1%	1 010 640,00	104,6%	1 045 860,42
ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1 200 000,00		96,76%	99,7%	1 196 760,00	96,8%	1 161 223,43
ESPIRITO SANTO FINANCIER 4.5% 05/31/11	7 000 000,00		99,67%	100,3%	7 020 242,50	102,3%	7 164 173,96
FRANCE TELECOM 3.625% 10/15	4 622 000,00		101,28%	99,6%	4 601 708,00	102,0%	4 716 748,12
FUND ORD BANK 3% 11/19/14	1 500 000,00		99,70%	99,9%	1 498 215,00	100,0%	1 500 678,08
GAS NATURAL CAP 4.375% 11/16	3 000 000,00		100,89%	100,7%	3 022 260,00	101,6%	3 048 049,56
GAS NATURAL CAP 5.25% 7/9/2014	500 000,00		106,82%	99,9%	499 465,00	109,3%	546 697,97
GE CAP EUR FUND 03/04/2014	8 000 000,00		95,27%	100,0%	8 000 000,00	95,5%	7 639 289,33
GE CAP EUR FUND 17/05/2021	7 500 000,00		83,52%	99,1%	7 434 750,00	83,6%	6 272 495,75
GOLDMAN SACHS 23/05/2016	6 000 000,00		96,79%	100,1%	6 005 400,00	96,9%	5 813 890,27
GOLDMAN SACHS 30/01/2017	3 000 000,00		96,45%	99,8%	2 995 300,00	96,6%	2 899 069,40
HENKEL AG&CO 4.625% 03/14	750 000,00		106,36%	106,2%	796 650,00	110,0%	824 995,46
HIPOT 5 A2	347 358,34		88,60%	97,9%	340 063,82	88,7%	308 021,32
JP MORGAN 12/10/2015	9 200 000,00		98,55%	100,1%	9 207 443,48	98,8%	9 089 556,76
KAUPTHING BANK HF 17/08/2012	3 000 000,00		23,00%	99,3%	2 978 250,00	23,0%	690 000,00
KION 2006-1 A	971 158,71		90,69%	98,6%	957 127,64	90,9%	882 608,84
LEHMAN BROS HOLD 05/02/2014	5 000 000,00		17,00%	99,9%	4 996 500,00	17,0%	850 000,00
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016	10 000 000,00		17,00%	99,5%	9 945 250,00	17,0%	1 700 000,00
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020	5 500 000,00		83,00%	102,6%	5 644 142,28	83,2%	4 576 071,20
MACQUARIE BANK 06/12/2016	1 500 000,00		87,25%	99,9%	1 497 945,00	87,3%	1 309 877,50
MAGEL 3 A	682 884,00		76,00%	98,7%	674 036,86	76,1%	519 729,05
MERCK FIN 4.875% 09/13	1 000 000,00		106,51%	99,7%	996 970,00	107,8%	1 077 807,46
MERRILL LYNCH 31/01/2014	7 000 000,00		97,23%	99,6%	6 971 400,00	97,4%	6 817 951,31
MORGAN STANLEY 13/04/2016	10 000 000,00		96,31%	100,1%	10 005 000,00	96,6%	9 655 857,50
MORGAN STANLEY 16/01/2017	5 000 000,00		96,03%	100,1%	5 002 500,00	96,3%	4 813 912,06
NATEXIS BANQUES POP 26/01/2017	2 500 000,00		87,44%	100,2%	2 505 002,50	87,6%	2 190 395,92
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP	1 400 000,00		67,46%	99,7%	1 396 132,50	67,5%	944 603,88
NOVART 4.25 09-06/16	2 500 000,00		104,34%	105,0%	2 624 750,00	106,7%	2 666 381,32
NYSE EURONEXT 06/30/15 5.375%	1 250 000,00		105,38%	96,5%	1 206 437,50	108,1%	1 351 103,75
NYSE EURONEXT 5.375% 06/30/15	750 000,00		105,38%	106,8%	801 000,00	108,1%	810 662,24
PELIC 2 A	325 341,56		87,02%	99,2%	322 629,52	87,1%	283 249,14
PELICAN 3 A	983 264,09		71,00%	98,3%	966 635,35	71,0%	698 486,35
PFE 4.75 09-06/2016	2 000 000,00		106,53%	107,5%	2 150 080,00	109,4%	2 187 321,33
PFIZER INC 3.625% 06/03/13	2 600 000,00		103,27%	102,3%	2 660 580,00	105,4%	2 739 523,50
PHILIP MORRIS INTL 5.75% 03/24/16	3 000 000,00		110,59%	111,3%	3 338 046,00	115,0%	3 450 939,17
RENAULT 6% 10/13/14 FVO	500 000,00		102,32%	99,6%	497 750,00	103,6%	518 031,67
REPSOL INTL FIN 07/22/13 5%	2 350 000,00		105,58%	104,9%	2 465 705,00	107,8%	2 533 354,72
ROYAL BK SCOTLAND 49	10 000 000,00		86,44%	100,8%	10 080 000,00	86,8%	8 677 783,89
RTE EDF TRANSPORT 4.125% 09/27/16	4 000 000,00		101,82%	103,5%	4 140 520,00	102,9%	4 115 609,60
SABMILLER PLC 4.5% 01/15	1 500 000,00		102,72%	102,1%	1 532 025,00	104,8%	1 571 745,51
SANOFI-AVENTIS 3.125% 10/14	1 000 000,00		101,26%	100,4%	1 003 800,00	101,9%	1 019 401,02
SANOFI-AVENTIS 3.5% 05/13	1 000 000,00		103,05%	101,2%	1 012 100,00	105,2%	1 052 248,32
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017	5 000 000,00		94,21%	99,9%	4 997 250,00	94,2%	4 711 736,55
SFR SA 07/12 3.375%	1 000 000,00		101,37%	97,0%	970 100,00	102,9%	1 029 037,72
SLM CORPORATION 17/06/2013	7 000 000,00		86,64%	100,0%	6 996 800,00	86,7%	6 068 242,60
SOLVAY S.A. 4.875% 01/14	1 500 000,00		107,08%	103,6%	1 554 300,00	111,8%	1 677 307,92
STATOILHYDRO ASA 4.375% 03/15	1 000 000,00		105,31%	99,7%	997 050,00	108,8%	1 088 489,79
SUEZ ENVIRON 4.875% 04/14	1 500 000,00		105,87%	102,1%	1 532 040,00	108,9%	1 633 500,44
SUEZ ENVIRONNEMENT 4.875% 04/14	1 000 000,00		105,87%	99,9%	998 570,00	109,4%	1 094 342,76
SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL	2 000 000,00		87,58%	99,9%	1 997 280,00	87,6%	1 752 068,44
SWEDISH EXP CRED 3.625% 05/27/14	2 500 000,00		102,38%	99,8%	2 495 500,00	104,5%	2 613 536,95
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12	5 000 000,00		98,74%	99,0%	4 952 300,00	98,8%	4 941 123,33
TELEFONICA EMIS 4.674 02/14	1 750 000,00		104,79%	103,7%	1 815 450,00	109,0%	1 907 120,99
THEME 4 A	1 115 211,24		86,36%	97,8%	1 090 342,00	86,5%	964 446,17
VATTENFALL 4.25% 05/14	500 000,00		104,43%	99,6%	497 750,00	107,1%	535 316,58
VATTENFALL AB 4.125% 03/13	1 500 000,00		104,37%	99,8%	1 497 225,00	107,6%	1 614 572,64
VEOLIA ENVRNMT 04/14 5.25%	1 800 000,00		107,31%	104,8%	1 885 968,00	110,9%	1 996 574,65
VERBUND INTL FIN 04/15 4.75%	1 000 000,00		105,10%	104,1%	1 040 575,00	108,5%	1 084 610,34
VODAFONE 05/09/2013	3 000 000,00		99,37%	100,9%	3 027 900,00	99,5%	2 983 725,93
VODAFONE 13/01/2012	2 900 000,00		99,55%	100,6%	2 918 560,00	99,8%	2 894 135,19

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
VOLKSWAGEN INTFN 3.75% 11/16/10		1 500 000,00	101,81%	99,9%	1 498 815,00	102,3%	1 534 048,48
VOLKSWAGEN INTFN 5.375% 11/15/13		1 000 000,00	107,34%	104,3%	1 042 690,00	108,0%	1 080 185,28
VOLVO TREASURY 7.875% 10/12		300 000,00	110,22%	105,0%	315 000,00	112,2%	336 552,62
XSTRATA CAN FIN 05/11 5.875%		1 500 000,00	104,73%	100,3%	1 504 332,00	108,2%	1 623 517,11
Subtotal	0	251 821 527,66			251 961 496,13		224 559 312,50
Subtotal	0	256 521 527,66			256 896 546,13		229 480 330,03
Total	3 687 424	256 521 527,66			564 390 765,36		534 490 321,50
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							
Total	0	0,00			0,00		-157 978,60
2.4 - Derivados de Cobertura							
IRS SWAP							
Total	0	0,00			0,00		1 433 956,98
Total	4 072 923	286 221 527,66			706 401 547,65		677 961 751,06
3 - TOTAL GERAL	4 461 123	301 550 927,66			725 763 655,46		695 253 833,70

BETTINA POUSTTCHI b. 1971 Mainz - Germany, "Hetley Tree", 2008 Fotografia: 180x 225cm Edição: 3/6 + 2PA Cortesia Buchmann Galerie





08 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



VIDA

08 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de **868.460** milhares de euros e um total de capital próprio de **81.067** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **5.266** milhares de euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:
 - a) Conforme descrito na nota n.º 25 (Capital) do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Companhia efectuou, no exercício de 2009, um aumento do capital social no montante de 12.489 milhares de euros e, em simultâneo, uma redução do capital social no mesmo montante com vista a cobertura de prejuízos dos exercícios anteriores, permanecendo o capital em 65.000 milhares de euros.

Lisboa, 08 de Março de 2010



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2009, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Em 2009, a T-Vida prosseguiu a sua estratégia de negócio, apresentando um crescimento de produção de 18.767 milhares de euros (não considerando a emissão da Operação de Capitalização no valor de 310 milhões em 2008), o que representa uma variação positiva de 21,9% e uma receita de 102.811 milhares de euros. A estratégia baseou-se, sobretudo, no crescimento de PPR e de seguros de vida risco, e no reforço da sua posição no segmento de Empresas e Negócios.

Constatamos com satisfação que a Companhia continua a sua política de utilização racional dos recursos, mantendo na sua actividade



operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade.

Neste ano realce, ainda, para a diminuição das Prestações Acessórias em 17,5 milhões de euros e para a realização de capital e a uma incorporação de resultados transitados negativos, ambas no valor de cerca de 12,5 milhões de euros.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2009 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2009. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2009, datada de 8 de Março de 2010, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

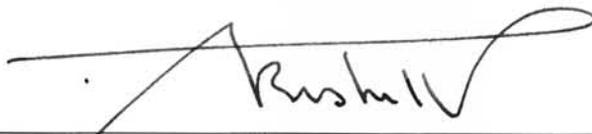
Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 23 de Fevereiro de 2010, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;

- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2009, no montante de +5.265.689 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 9 de Março de 2010

O Conselho Fiscal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena Franca e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

09 Relatório e Contas

